



Brasília, 28 de maio de 2020

Nota da Condsef/Fenadsef sobre congelamento salarial até 2021

A Condsef e a Fenadsef, representando juntas mais de 80% das carreiras do serviço público federal, repudiam o congelamento salarial de servidores até o fim de 2021, instituído por chantagem do ministro Paulo Guedes em uma matéria de auxílio a Estados e Municípios. A decisão se mostra estratégica para aprovar por etapas a proposta de Reforma Administrativa que o governo anuncia desde antes da pandemia do novo coronavírus, e que deveria estar suspensa neste momento de enfrentamento à crise sanitária e econômica do Brasil.

As entidades têm destacado elementos que derrubam a necessidade de congelamento salarial de servidores e empregados públicos, e desmontam o argumento de privilégio da categoria que já está há mais de 3 anos sem reajustes dos vencimentos, que teve aumento das alíquotas de contribuição previdenciária que ultrapassam 14% e que não tem direito ao FGTS apesar das exonerações possíveis.

A estabilidade no trabalho é uma ficção bem construída. Segundo dados da CGU, desde 2003, 16.681 trabalhadores da administração pública foram expulsos, o que significa mais de 2 demissões, cassações ou destituições por dia, nos últimos 15 anos. A estabilidade real que é defendida pela categoria é pela proteção da própria sociedade, para que a memória do Estado seja mantida apesar das mudanças de gestão. Este tipo de estabilidade não protege maus servidores, que seguem sendo exonerados diariamente.

O cotidiano de serviço é pesado. Não é fácil trabalhar sem investimentos mínimos em estrutura e materiais necessários; não é fácil falar para a cidadã na fila do hospital que não há leito disponível ou que os remédios não chegaram; não é fácil levantar da cama diariamente e trabalhar no combate à pandemia ouvindo xingamentos e condenações por parte do governo que se mostra cada dia mais negligente. Mesmo assim, servidores e empregados públicos estão à disposição da sociedade, fazendo o possível neste governo omissivo.

De acordo com levantamento realizado pela Internacional dos Serviços Públicos (ISP) entre trabalhadores de serviços essenciais na pandemia em meados de abril, 58% são servidores públicos, 67% denunciaram insuficiência de equipamentos de proteção individual, 11% disseram não ter nenhum EPI, 55% afirmaram passar por sofrimento psicológico neste momento e 10% têm tido mais de 12 horas de jornada de trabalho. Apesar do momento exigir mais dedicação, os empregados da Ebserh,



empresa que gerencia os Hospitais Universitários, reclamam de cortes salariais que chegam a 27%. O perfil dos servidores e empregados públicos no Brasil hoje estampa a precarização da categoria e pavimentação a construção do caminho rumo às privatizações, elogiadas como única salvação para um “parasitismo” que não existe.

Em um governo que não investe nos próprios serviços que oferece à população por obrigatoriedade constitucional, que estipula miséria como salário mínimo e que lava as mãos da responsabilidade do crescimento do desemprego neste momento de pandemia, desviar a atenção do problema condenando servidores como culpados é fácil. A realidade, entretanto, dá dados concretos de que, mais uma vez, este governo falta com a verdade e propaga *fake news*. Neste mês, a Confederação entrou com ação civil contra a União por assédio moral coletivo.

Servidores públicos, com capacitação e qualificação aprovadas em concurso amplo e democrático, devem ser valorizados e compreendidos como o que de fato são: servidores à sociedade e protetores do Estado. A precariedade dos serviços é resultado de anos de falta de investimento no setor e é reivindicação antiga da categoria, quase nunca ouvida ou recebida em reuniões junto aos ministérios. A falência das contas do Estado também não é culpa desses trabalhadores, cuja grande maioria não recebe super salários. De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal, aproximadamente 59% dos servidores ativos recebem até R\$ 10 mil e, nesta faixa, a porcentagem maior se concentra naqueles que recebem entre R\$ 3.500 e R\$ 4.500, valor próximo ao que o Dieese alerta para o que deveria ser o salário mínimo justo para as famílias brasileiras.

Se a “economia” com o congelamento dos vencimentos é prevista pela equipe de Guedes em torno de R\$ 43 bilhões, o valor não chega aos pés do R\$ 1,5 trilhão anual que o País paga de dívida pública, esta sim a verdadeira parasita e assaltante do Brasil. Os servidores pedem valorização dos serviços públicos com mais investimentos no setor, que seria possível com a criação do tributo sobre grandes fortunas, suspensão do pagamento da dívida e revogação da Emenda Constitucional 95, que sozinha já retirou mais de R\$ 20 bilhões do SUS. Neste momento de pandemia, fica explícito um problema que não é novidade: as consequências graves do sucateamento do Estado.

Direção Nacional

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal